

1 **ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AMAPÁ**  
2 **PREVIDÊNCIA – COFISPREV DO ANO 2019.**  
3

4 Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, no Plenário do  
5 Conselho Estadual de Previdência, situada a Rua Binga Uchôa, número dez, Centro,  
6 Macapá-AP, as quinze horas e vinte minutos teve início a oitava reunião extraordinária do  
7 Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV, na direção da Presidente, **Sra.**  
8 **Valena Cristina Corrêa do Nascimento**, a qual cumprimentou os conselheiros e em  
9 seguida passou a palavra a secretária Josilene de Souza Rodrigues, que efetuou a leitura  
10 do **ITEM 01 da pauta. Edital de Convocação** número quinze de dois mil e dezenove, o  
11 qual convoca os Conselheiros para fazerem-se presentes nesta sessão. **Verificação de**  
12 **quórum.** Foram chamados nominalmente os Conselheiros na seguinte ordem: **Valena**  
13 **Cristina Corrêa do Nascimento**, presente, **Helton Pontes da Costa**, presente, **Ivonete**  
14 **Ferreira da Silva**, presente, **Egídio Corrêa Pacheco**, presente, **Eduardo dos Santos**  
15 **Tavares**, presente, **João Florêncio Neto**, presente. Informado ainda a presença da  
16 Diretoria Executiva, Auditora e Procuradoria Jurídica da Amapá Previdência.  
17 **Justificativa de ausência.** Não houve. **ITEM 02** – Informações das ações tomada pela  
18 Presidência da AMPREV visando atender ao Termo de Solicitação de Justificativa da  
19 Auditoria da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia no Regime Próprio de  
20 Previdência Social (Processo nº 2019.140.501290PA). A Presidente cumprimentou a  
21 todos, e informou que este conselho recebeu via e-mail o termo de solicitação de  
22 justificativa da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, a matéria foi  
23 distribuída para relatoria do Conselheiro Egídio o qual foi repassada a palavra. O Relator  
24 cumprimentou a todos e explicou que o relatório não tem nada de pretencioso, apenas  
25 vem nos trazer algumas reflexões nesta tarde. São sabedores que já existe esforço da  
26 Diretoria Executiva em equacionar essas situações que vem fazendo referência aos anos  
27 de 2015, 2016 e 2017, certamente de outros gestores, mas à medida que se assume  
28 uma direção passa a responder pelos assuntos que se apresentam. Esse trabalho foi  
29 feito por um Auditor Fiscal da Receita Federal para a Secretaria da Previdência Social,  
30 onde realizou um levantamento com base na metodologia já utilizada pela Secretaria da  
31 Previdência Social que hoje está ligada ao Ministério da Economia. Foi realizado uma  
32 análise comparativa cruzando as informações que a AMPREV repassa bimestralmente  
33 (Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasse – DIPR; Demonstrativos das  
34 Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR; Demonstrativo de Resultados da  
35 Avaliação Atuarial – DRAA; e Balanço Patrimonial da AMPREV) com a base de dados do  
36 Sistema COMPREV do INSS e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foram 53  
37 (cinquenta e três) itens analisados, 28 (vinte e oito) foram dado como inconsistente, e  
38 pelas informações obtidas 5 (cinco) itens foram sanados, restando 23 (trinta e três) itens  
39 pendentes para sanar até o dia vinte de agosto. São sabedores das consequências, caso  
40 não haja o atendimento das justificativas, o qual deixou este Conselho bastante  
41 preocupado. Deixou de fazer a leitura dos pontos, porque o relatório foi encaminhado  
42 anteriormente, acredita que todos tomaram conhecimento, foram feitas algumas  
43 recomendações por este conselho, uma delas é a criação de uma espécie de comitê  
44 Gestor como instrumento de interlocução entre os diretores da Amapá Previdência e os  
45 dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, do Ministério Público do Estado  
46 do Amapá, do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, da Assembleia Legislativa do  
47 Estado do Amapá e do Governo do Estado do Amapá para tratar dessa matéria  
48 regularmente. Que a comissão de trabalho seja permanente para tratar dessa matéria de  
49 forma contínua. Foi solicitado a apresentação do plano de trabalho da própria comissão,  
50 pois este Conselho irá acompanhar e se dispõe a ajudar em resolver essas questões.  
51 Percebe que o trabalho do Auditor é grandioso, pois o relatório sinaliza os pontos onde  
52 precisa ser corrigido, é um processo longo que não se resolve de uma hora para outra.  
53 Valorizam o trabalho já realizado, mas precisamos avançar para equacionar os demais  
54 itens pendentes. Agradeceu ao Diretor Financeiro, Sr. Diego Campos, que disponibilizou  
55 todas as informações para acompanhar a matéria e os andamentos que a administração




56 tem realizado. Concluiu parabenizando as ações já realizadas, e se colocando à  
57 disposição para ajudar. A Presidente explicou que no primeiro momento haviam solicitado  
58 que nesta sessão houvesse a presença dos representantes dos Poderes: Executivo,  
59 Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado do Amapá,  
60 mas esteve conversando com o Diretor Presidente o qual informou que já havia  
61 convocado os representantes a comparecerem no Gabinete da Presidência para alinhar  
62 os pontos em questão, inclusive solicitou que o Conselho Fiscal fosse informado de todos  
63 os procedimentos que estão adotando acerca do assunto. O Conselho Fiscal não está  
64 apenas para fiscalizar, quer assessorar a Diretoria Executivo para ajudar naquilo que for  
65 possível. Com a palavra o Diretor Presidente, explicou que vem trabalhando no sentido  
66 de equalizar as forças em prol de uma boa gestão, correta e transparente. Concorde que  
67 a presente Auditoria é positiva, ajudou a mostrar algumas situações que a administração  
68 precisa trabalhar. A Instituição tem tratado essa Auditoria com a maior seriedade, não se  
69 pretende permitir que os entes patronais sejam penalizados, a vir responder por uma  
70 situação que poderia ser sanada, desta forma, a primeira iniciativa foi constituir uma  
71 comissão para tratar dos itens apontados na Auditoria, notificou os entes através de  
72 ofícios para cumprimento do que prevê a legislação quanto a atualização dos dados dos  
73 servidores. Uma das questões que vem tratando com a Diretoria Executiva, inclusive o  
74 Diretor Financeiro vem sugerindo a necessidade de criar o setor de planejamento  
75 estratégico para que as informações que são enviadas não venham a divergir. A Diretoria  
76 também vem trabalhando a questão da integralização das informações juntamente com  
77 os sistemas dos Poderes, acredita que até o final do ano esteja concretizado essa ação.  
78 Os entes que não disponibilizarem as informações corretas vão sofrer auditoria. O Diretor  
79 Financeiro, o Chefe da Contabilidade e a Chefa da Arrecadação estiveram em  
80 Brasília/DF na Secretaria de Previdência tratando da homologação dos acordos de  
81 parcelamento, e conversaram com o Auditor. Na reunião do CONAPREV, realizada na  
82 cidade de Manaus/AM, esteve conversando com o chefe da Auditoria e Secretário de  
83 Previdência, expondo que a AMPREV está interessada em fazer as correções. Sua  
84 preocupação é organizar enquanto temos poucos servidores inativos, o regime possui  
85 vinte anos de existência, já existem algumas ações para ajustarmos algumas situações.  
86 O Diretor Financeiro, Sr. Diego Campos, reforçou o que foi dito pelo Presidente acerca da  
87 viagem da equipe a Brasília, conversaram com os técnicos do ministério e deixaram  
88 cientes das ações que estão realizando para resolver essas pendências, se mostraram  
89 bem sensibilizado com a situação, inclusive o próprio Auditor fez uma crítica quanto  
90 auditar correção de três anos atrás registrado em balanço que foi devidamente publicado.  
91 A administração tem tomado todas as providências possíveis e se esforçado para evitar  
92 uma auditoria presencial, solicitaram prazo para o encaminhamento das justificativas  
93 devido ao aguardo do recebimento das informações dos entes. O Sr. Carlos Roberto,  
94 Chefe da Divisão de Controle Atuarial e Mercado - DICAM, frisou novamente que a falta  
95 de integração de sistema, as informações se mostraram inconsistente, principalmente  
96 nas competências de dezembro de 2015, 2016 e 2017, foi observado que para realizar as  
97 correções foi necessário solicitar informações de todos os Poderes, todas as providências  
98 foram tomadas, como: encaminhamento da manifestação e reunião com os  
99 representantes de cada Poder para alinhar o atendimento das informações. Uma ação  
100 está interligada a outra, desta forma estão aguardando o retorno dos Poderes, que  
101 compete aos setores da folha de pagamento, para que possam integralizar as  
102 informações para ajustar os itens que estão faltando. O Diretor Presidente reforçou que  
103 estão atuando para realizar as devidas correções e ajustando para que não se repita nos  
104 próximos exercícios, ficou surpreso que o conselho fiscal está tratando da matéria onde  
105 ainda está em curso, mas é importante a colaboração, as recomendações são  
106 pertinentes, qualquer dificuldade pedirá apoio do Conselho. Retornando a palavra a  
107 Presidente do Conselho, justificou que o Conselho Fiscal está atuando antes da  
108 conclusão do processo devido ter recebido via e-mail e por se tratar de informações de  
109 anos anteriores. A preocupação da possível notificação do estado devido ao não  
110 encaminhamento das justificativas também deixou este colegiado muito preocupado que




111 deseja unir forças para tentar resolver. Com a palavra o relator, Conselheiro Egídio, frisou  
112 novamente a importância de criar um comitê, ou algo parecido, para tratar  
113 especificamente desta matéria, as informações representam a instituição como um todo,  
114 como conselheiro ficará mais tranquilo quando estiver um grupo específico para fazer a  
115 gestão dessas informações. A sensibilidade da própria Secretaria deixa tranquilidade,  
116 mas sabemos que na gestão pública ocorre a mudança de gestor e tudo que foi tratado  
117 verbalmente chega a não valer. Conhecendo as providências que estão sendo tomadas  
118 pela gestão sai dessa reunião muito mais confiante, mas reforça a necessidade de um  
119 plano de trabalho muito bem elaborado para o desenvolver de cada ação. Este processo  
120 ficará aberto até esgotar todas as pendências para posterior arquivamento. Finalizou se  
121 colocando à disposição dentro das atribuições que lhe compete. Passado a palavra aos  
122 demais conselheiros. O Conselheiro Helton colocou que acompanhou o trabalho do  
123 relator o qual foi brilhante, a matéria tem que ser tratada com maior cuidado porque essa  
124 pendência vai refletir na renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP,  
125 caso não seja acarretará uma serie de consequências para o Estado, confia plenamente  
126 na capacidade da equipe técnica para avançar nessa questão. O Conselheiro Florêncio  
127 falou que puderam avançar na matéria, essa reunião foi muito produtiva, se colocou à  
128 disposição para acompanhar o cálculo atuarial. A Conselheira Ivonete agradeceu a  
129 disponibilidade da equipe técnica em comparecer nessa reunião e prestar os  
130 esclarecimentos necessário para o acompanhamento da matéria. A Presidente  
131 agradeceu a presença da Diretoria Executiva e dos demais técnicos da AMPREV que  
132 compareceram nesta sessão, atendendo ao pedido do Conselho Fiscal. (Após os  
133 convidados se retiraram e continuou a pauta). **ITEM 07 – Comunicação dos**  
134 **Conselheiros.** Não houve. **ITEM 08 – O que ocorrer.** A Presidente entregou a cada  
135 conselheiro uma proposta de plano de trabalho para que os demais possam analisar e  
136 acrescentar suas sugestões. A intenção é incluir no fluxo de processo para análise deste  
137 conselho. Após ficou definido que em uma próxima reunião retorna esta proposta com as  
138 sugestões de cada Conselheiro. Em seguida a Presidente realizou a leitura do Memo.  
139 54/2019 – GEAD/AMPREV, que trata do retorno dos processos licitatórios  
140 (2017.63.1202299PA, 2017.63.701201PA, 2017.63.1102172PA e o 2017.25.200257PA)  
141 que foram para acrescentar informações para conclusão das análises, faltando dois  
142 processos (2017.186.1001871PA e 2017.87.903198PA) que precisam de um prazo maior  
143 para conclusão das recomendações. Os Conselheiros, Eduardo e Helton colocaram a  
144 sugestão para análise e votação nesta plenária quanto o encaminhamento de expediente  
145 solicitando a manifestação jurídica para concessão do auxílio alimentação para os  
146 membros deste Conselho. A Presidente manifestou-se que para perceber o auxílio  
147 alimentação é necessário ter vínculo, cumprir uma carga horária, o conselho apenas  
148 recebe uma gratificação por um limite de reunião realizada mensalmente, por uma  
149 questão moral não é viável, não foi favorável ao encaminhamento, mas deixou os demais  
150 à vontade para se manifestarem. O Conselheiro Egídio segue na mesma linha de  
151 pensamento da Presidente, por mais que se tenha um parecer jurídico, a independência  
152 do Conselho Fiscal é fundamental, as pessoas tendem a confundir as coisas. E qual será  
153 o olhar da sociedade acerca disso, é uma questão muito delicada, especialmente no  
154 momento muito difícil em que vivemos, milhares de pessoas no estado vivendo abaixo da  
155 pobreza, é uma situação muito reflexível, em função disso votou no sentido do não  
156 ingresso desse pedido. O Conselheiro Florêncio acompanha as colocações e vota pelo  
157 não encaminhamento. O Conselheiro Eduardo acompanha o voto pelo não  
158 encaminhamento. A Conselheira Ivonete votou pelo não encaminhamento. O Conselheiro  
159 Helton votou pelo não encaminhamento. **Deliberação: Aprovado por unanimidade de**  
160 **votos o não encaminhamento de expediente para manifestação jurídica quanto à**  
161 **concessão do auxílio alimentação para os membros deste Conselho.** E nada mais  
162 havendo a tratar, a Senhora Presidente do COFISPREV agradeceu a presença de todos  
163 e encerrou a reunião exatamente às dezessete horas e trinta e cinco minutos, da qual eu,  
164 Josilene de Souza Rodrigues, Secretária, lavei a presente ata, que será assinada pelos

165 Senhores Conselheiros presentes e por mim própria. Macapá - AP, 26 de agosto de  
166 2019.

167  
168 Valena Cristina Corrêa do Nascimento:   
169 **Conselheira Titular/Presidente do COFISPREV**

170  
171 Helton Pontes da Costa:   
172 **Conselheiro Titular/Vice-Presidente do COFISPREV**

173  
174 Ivonete Ferreira da Silva:   
175 **Conselheira Titular**

176  
177 Egídio Corrêa Pacheco:   
178 **Conselheira Titular**

179  
180 João Florêncio Neto:   
181 **Conselheiro Titular**

182  
183 Eduardo dos Santos Tavares: \_\_\_\_\_  
184 **Conselheiro Titular**

185  
186 Josilene de Souza Rodrigues:   
187 **Secretária**

188